



# Observatório da Oposição

20 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 29



## Eleição de Javier Milei na Argentina impõe derrota a Lula e seus aliados

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

**1** POLÍTICA INTERNACIONAL

**2** ECONOMIA

**3** ENERGIA

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**4** POLÍTICA

**5** TRABALHISTA

**6** AGRO

**7** JUSTIÇA E CIDADANIA

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



# POLÍTICA INTERNACIONAL

## Eleição de Javier Milei na Argentina impõe derrota a Lula e seus aliados

**Presidente tentou interferir de maneira escancarada no processo eleitoral argentino para eleger o candidato governista Sérgio Massa; no fim, tombou junto com o peronismo**

O economista Javier Milei, de 53 anos, foi eleito presidente da Argentina após derrotar o atual ministro da Economia, Sergio Massa, 51, no segundo turno das eleições presidenciais, realizado no último domingo (19).

O resultado – uma importante vitória da direita, representada por um candidato liberal – reflete a profunda crise causada por desastrosos governos de esquerda no país. É, também, um fracasso para Lula e o petismo, que tentaram, de todas as maneiras, interferir no processo eleitoral argentino, conforme mostrou o Observatório da Oposição no fim de outubro.



Lula chegou a classificar Milei como “um louco”, segundo o jornal Página 12, de Buenos Aires, citando assessores de Massa que o acompanharam em uma reunião com o presidente brasileiro.

Na mesma linha, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que estava “preocupado” com a possibilidade de vitória do candidato da direita na Argentina.



A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, divulgou uma carta em que associava Massa a “um programa de governo de desenvolvimento e justiça social”. O texto só não detalhou, no entanto, o que o partido entende por “justiça social”. Massa acumulou números negativos durante sua passagem pelo ministério da Economia: hiperinflação, desvalorização da moeda local (cada dólar vale 353 pesos argentinos) e 40% da população vivendo na pobreza (segundo números oficiais).

Depois da divulgação do resultado da eleição, Gleisi afirmou que Milei representa “um duríssimo teste” para a democracia argentina.

Lula desejou “sorte” ao povo argentino e, sem citar o presidente eleito, parabenizou “as instituições” do país.

## Operação frustrada

No desespero para manter a esquerda no poder, a partir da candidatura de Sergio Massa, Lula dedicou um bom espaço da sua agenda, neste ano, ao país vizinho. Recebeu seguidas vezes o presidente Alberto Fernandez no Planalto, foi até a Argentina para eventos e enviou marqueteiros do PT para auxiliar na campanha. Na reta final, chegou a dar declarações orientando argentinos sobre como votar.

Um dos gestos mais fortes em favor da candidatura de Massa ocorreu em julho, em uma ‘operação de resgate’ comandada pela ministra Simone Tebet (Planejamento). Por meio dela, o governo brasileiro votou favoravelmente a um empréstimo de US\$ 1 bilhão





à Argentina no CAF (Corporação Andina de Fomento), o Banco de Desenvolvimento da América Latina. Mas não foi só: Lula e Tebet agiram para que os países-membros do CAF aprovassem a transferência do dinheiro diretamente ao FMI (Fundo Monetário Internacional) em nome do governo argentino – o país vizinho precisava do empréstimo para que o fundo pudesse liberar um desembolso de US\$ 7,5 bilhões.

Tudo isso sem falar nas gestões realizadas junto ao Brics (bloco formado pelas principais economias emergentes do mundo, do qual o Brasil faz parte) para o grupo incorporar a Argentina, numa tentativa de criar um “fato novo” que tivesse repercussão positiva na campanha peronista.

A vitória de Massa no primeiro turno, subindo 15 pontos percentuais em relação às primárias, animou Lula e seus aliados. Todos passaram a falar do DNA petista na campanha de Massa, que seguiu a estratégia de espalhar o medo nas redes sociais para tentar desconstruir seu adversário. No segundo turno, porém, o que seria um resultado “apertado”, segundo os institutos de pesquisa, tornou-se uma derrota arrasadora para o grupo que está no poder.

Com um povo cansado de sucessivos desmandos da esquerda, nem o dinheiro, as viagens de Lula ou os marqueteiros do PT foram suficientes para evitar a vitória incontestável de Javier Milei. O resultado das eleições na Argentina mostra que Lula e o petismo perderam a capacidade de analisar a realidade ao acreditar em “poderes sobrenaturais” do presidente brasileiro. Além de um protesto do povo argentino contra o peronismo, a vitória de Milei é resultado da incapacidade da esquerda de reconhecer seus erros. Que sirva de lição.

## 2 ECONOMIA

# Sob 'Lula 3', estatais já acumulam rombo de R\$ 5,6 bi

**Desempenho reverte tendência de resultados positivos dos últimos anos. Correios tem um dos piores saldos**

- A previsão atual é de que o Tesouro Nacional precise equalizar uma dívida de R\$5,6 bilhões no fim do ano, ante estimativa de déficit primário inicial de R\$3 bilhões, segundo a meta de resultado das empresas estatais federais na LDO 2023.
- Esse cenário reverte a tendência dos últimos 8 anos, nas quais as empresas estatais performaram positivamente, não necessitando de compensações nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



- Entre as empresas estatais que experimentaram uma deterioração em sua situação financeira ao longo de 2023, destacam-se a Eletronuclear, os Correios e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

## Tesouro Nacional deverá fazer complementação

- A meta de resultado das empresas estatais federais, prevista no art. 3º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 (LDO 2023), é um déficit de R\$3,0 bilhões.
- Esse resultado é acompanhado a cada bimestre, pelo Tesouro Nacional, com intuito de analisar o cumprimento da meta, ao projetar o resultado anual com base nos valores identificados no período.
- Ao se observar o descumprimento da meta, o parágrafo 2º do art. 3º da LDO-2023 prevê a possibilidade de compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais.
- Conforme pode ser observado nos dados do Tesouro Nacional, apresentados na Tabela 1, tal compensação não precisou ser realizada durante os dois primeiros bimestres do ano.

**Tabela 1 - Previsão e projeção do déficit primário das Empresas Estatais.**

Bimestre	Previsão Déficit Primário - LDO	Projeção anual corrigida
1º	-R\$ 3.000.000.000,00	-R\$ 2.394.000.000,00
2º	-R\$ 3.000.000.000,00	-R\$ 2.756.000.000,00
3º	-R\$ 3.000.000.000,00	-R\$ 6.600.000.000,00
4º	-R\$ 3.000.000.000,00	-R\$ 5.600.000.000,00

Fonte: [Tesouro Nacional](#)

- No entanto, a partir do 3º bimestre, identificamos uma ampliação significativa nos gastos, o que implicou na necessidade de uma compensação de R\$3,6 bilhões no 3º bimestre e R\$2,6 bilhões no 4º bimestre, com reflexos no espaço dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
- Cabe mencionar que nos últimos anos, com exceção de 2020, em razão da

pandemia, essa prática não vinha sendo adotada, uma vez que as empresas estatais apresentaram resultados positivos.

- Em [nota explicativa](#), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informa que o “Tesouro não vai ter de cobrir déficit de estatais” e que “são investimentos com recursos que as empresas já têm em caixa”.
- Argumentam que o déficit é calculado com base nas receitas e despesas de cada ano, portanto, não levaria em conta os recursos disponíveis em caixa de anos anteriores.
- Não obstante, destacamos um conjunto de empresas que experimentaram variações significativas ao longo do ano, na Tabela 2. Em seguida, analisamos as possíveis razões para esses ajustes, lembrando também escândalos envolvendo algumas dessas empresas em governos petistas.
- Em alguns casos, havia projeção para resultados financeiros positivos, como é o caso dos Correios, sendo estes revistos para déficits consideráveis.

**Tabela 2 - Empresas estatais que apresentaram as maiores variações bimestrais em 2023**

Empresas	1º Bimestre	4º Bimestre	Variação
Eletronuclear	-42.199.992,00	-2.106.274.636,00	2.064.074.644,00
Correios	621.653.510,00	-596.727.243,00	1.218.380.753,00
INB	150.010.241,00	-328.243.007,00	478.253.248,00

Fonte: [Tesouro Nacional](#) e [Painel das Estatais](#)

## Eletronuclear

- Quanto à Eletronuclear, é importante observar que, historicamente, as subsidiárias da Petrobras e da Eletrobras não eram incluídas nas empresas listadas nas metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Com a privatização da Eletrobras em 2022, havia a expectativa de que a Eletronuclear fosse excepcionada na LDO de 2023, o que não ocorreu.
- O governo, em nota do [Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos](#), manifestou entendimento de que isso teria sido um equívoco a ser corrigido no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

- Não obstante, **a resposta do governo não justifica o motivo pelo qual seria aceitável a manutenção de uma empresa com déficits expressivos sem maiores detalhes**, nem tampouco esclarece a causa da ampliação significativa do déficit ao longo do ano de 2023.
- De acordo com [nota da empresa enviada ao veículo “Poder 360”](#), a revisão de valores deve-se também à previsão da obra de modernização de [Angra 1 no Novo PAC](#) e as discussões sobre as obras para conclusão de Angra 3.
- Convém ressaltar que é uma situação que se arrasta por décadas. Em 2020, o [Acórdão 208/2020 do TCU](#), aprovado por unanimidade, demandou à União a comprovação de que a conclusão da obra de Angra 3 é verdadeiramente a alternativa mais benéfica em termos energéticos.
- Atualmente, é importante considerar que existem outras fontes de energia mais econômicas, como indicado no relatório do TCU.



“129. [...] ilustra que o custo total de Angra 3 para o sistema é maior do que os de todas as demais fontes analisadas por aquela consultoria. A maior parte do custo da UTN está relacionado à recuperação do capital e custos fixos de operação e os custos com subsídio do financiamento representam R\$ 64/MWh

130. Outra constatação importante do trabalho da PSR é o cálculo da economia da ordem de R\$ 12,5 bilhões, em 35 anos, caso a obra seja cancelada.

131. Esses dados são importantes para mostrar que, apesar da existência de outras fontes a menor custo para a entrega da mesma quantidade de energia de Angra 3, durante esta auditoria não foram identificadas nas discussões do CNPE outros formatos de custeio de retomada das obras considerados viáveis que não o arcado unicamente por consumidores de energia elétrica. Demonstrando-se assim que a decisão da retomada não está fundada essencialmente na modicidade tarifária e nos benefícios para o setor elétrico”.

[Acórdão 208/2020 do TCU](#)

- Cabe lembrar que a continuidade das obras da Usina de Angra 3 durante o último governo do PT foi promovida por esquemas de corrupção delatados.
- Rogério Nora de Sá e Clóvis Peixoto, ex-executivos da construtora Andrade Gutierrez, relataram em depoimento judicial que a empresa efetuou o pagamento de propinas com o objetivo de retomar as obras na usina de Angra 3, por meio de “doações” para campanhas indicadas pelo PT.

## Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios

- Em relação aos Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com as demonstrações financeiras do 2º Trimestre de 2023, observa-se a redução das receitas, o incremento nos custos dos produtos e serviços comercializados, o aumento das despesas gerais e administrativas como os déficits equacionados do Plano PD - Postalís, o acréscimo de 11,31% nas despesas com salários e encargos, de 30,56% nos gastos com o Convênio Postal Saúde, de 2,12% nos benefícios pós-emprego são fatores destacados.



- Sobretudo, pesa contra a estatal o reconhecimento de um passivo trabalhista potencial, que soma cerca de R\$1 bilhão. Além disso, registra-se um aumento em outras despesas operacionais, como o crescimento do prejuízo na alienação de bens, que atingiu 32%.
- Ainda está recente o histórico do desempenho da estatal durante os últimos governos do PT, marcados por incidentes de corrupção, ingerência política, prejuízos financeiros e, principalmente, problemas no atendimento à população.
- Lembremos que o escândalo do mensalão, o primeiro grande caso de corrupção do governo Lula I, teve um capítulo nos Correios, com denúncias de propinas para privilegiar empresários em licitações e pagamento de “mesadas” para parlamentares da base governista.



- Ainda durante os governos petistas, em 2014, o lucro líquido da empresa teve uma queda de 97% em relação ao ano de 2013, performando apenas [R\\$9,9 milhões, ante R\\$325,3 milhões em 2013 e R\\$1,11 bilhões em 2012](#). Parte desse resultado adverso é justificado pela interferência do governo, que impediu o reajuste de preços de serviços prestados pela estatal, [contribuindo para uma queda da receita de R\\$ 482 milhões](#).
- Ademais, a União passou a requerer repasses cada vez mais significativos da empresa, na tentativa de mitigar os déficits que enfrentava. Auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) responsabilizou o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva dos Correios por não adotarem medidas para evitar a dilapidação do patrimônio da estatal.
- O repasse excessivo à União entre 2011 e 2013 comprometeu a saúde financeira da empresa, levando a um prejuízo de R\$2,1 bilhões em 2015. O caixa dos Correios reduziu-se de R\$6 bilhões em 2011 para R\$1,9 bilhão em 2015, impactado por repasses elevados e problemas de gestão.
- Se não bastasse o prejuízo à empresa, o **fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís, registrou déficits superiores a R\$7 bilhões**, fruto de má administração e corrupção, como demonstrado pela “[Operação Rizoma](#)”, desdobramento da Lava-Jato no Rio.
- Sob intervenção do órgão regulador, devido a desvios, os aposentados e demais beneficiários da Postalís ainda hoje estão realizando contribuições extras para cobrir o déficit agravado por investimentos temerários impostos pela gestão da Postalís, guiados pelos interesses escusos do Partido dos Trabalhadores.



Somente em 2011, foi repassado o valor de R\$1,7 bilhões. Assim, verifica-se que já havia a possibilidade de se entrever que essa situação poderia causar um impacto financeiro à empresa. Ainda assim, foram pagos mais R\$1,2 bilhões, somando-se os valores repassados em 2012 e 2013”.

[CGU](#)

## Indústrias Nucleares do Brasil - INB

- A INB é uma estatal que atua na mineração de urânio e depende financeiramente de aportes do Tesouro Nacional. [Estudo realizado por equipe da Fundação Getúlio Vargas \(FGV\)](#) estima que a empresa alcançará a autonomia financeira somente em 2026.
- Reiteradamente, as auditorias realizadas na estatal apontam para problemas relacionados à questão de pessoal, tais como pagamento recorrente horas-extras e ausência da mitigação de riscos atrelados à natureza das atividades da firma.



Observa-se que o panorama de gestão de pessoas na INB exibe um cenário que requer atenção, uma vez que o pagamento de benefícios remuneratórios, com riscos de custos judiciais e indenizações trabalhistas pelo potencial pagamento habitual de serviços extraordinários, podendo onerar as finanças e sujeitar a companhia a arcar com o pagamento pelo ônus da sucumbência em causas judiciais, assim como obrigar a INB a continuar custeando os valores pagos a título de horas extras com habitualidade aos seus empregados”.

[CGU - Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201900233 - Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB.](#)

- Em 2017, procuradores franceses estiveram no Brasil e atuaram em conjunto com investigadores brasileiros da Operação Lava Jato. O intuito era obter informações sobre o [esquema de corrupção que afetou a Eletro-nuclear e resultou na prisão do ex-presidente Othon Luiz Pinheiro Silva](#), condenado a 43 anos de prisão.

- Entre 2010 e 2015, a multinacional francesa Areva e a estatal brasileira INB firmaram contratos no valor de R\$ 71 milhões, por intermédio de Othon.

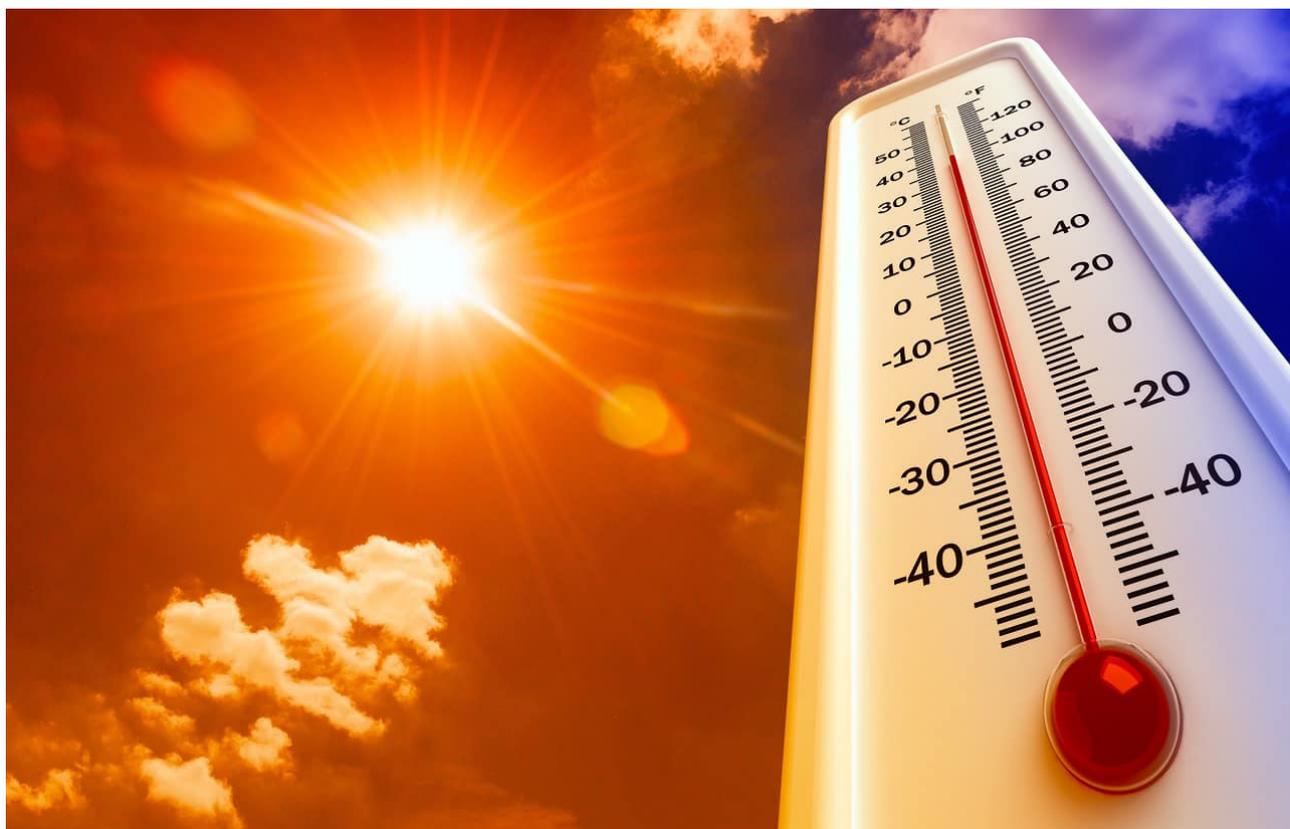
- Nesse contexto, procuradores da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro identificaram indícios de que a multinacional francesa poderia ter pago propina ao ex-presidente da Eletro-nuclear em contas na Suíça.

# 3 ENERGIA

## Onda de calor escancara desperdício de dinheiro público do PT no setor energético

**Hidrelétrica de Belo Monte, construída com investimento de R\$ 26 bi, opera com pouco mais de 10% de sua capacidade**

- Em novembro, o Brasil bateu recorde de consumo de energia, superando 100.955 MW devido à elevação de temperatura.
- Durante o pico, a geração hidráulica representou 61,1%, seguida por geração térmica (10,5%), eólica (9,2%), solar centralizada (8,4%), e solar de micro e minigeração distribuída (10,8%), com dados do ONS indicando um aumento significativo na produção de usinas térmicas, atingindo 12.933 MWmed.



- Isso ocorre apesar dos reservatórios das hidrelétricas, a principal fonte de energia do Brasil, estarem entre 50,52% e 92,56% de sua capacidade.
- Esses acionamentos tendem a afetar significativamente o custo da energia no Brasil, além de comprometer os resultados dos compromissos internacionais firmados pelo país em relação à redução de gases de efeito estufa.
- Ressaltamos ainda que parte da dependência das usinas térmicas decorre de escolhas ineficientes na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, as quais diminuíram sua capacidade produtiva e perenidade.

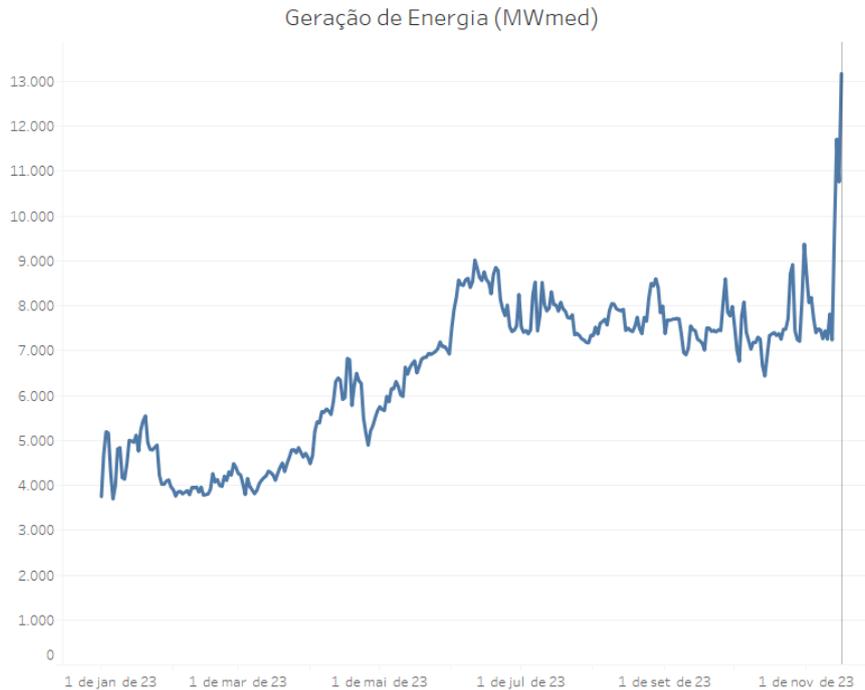
## Aumento do consumo de energia obriga governo a recorrer a usinas térmicas, mais caras e mais poluentes

- De acordo com informações do [Operador Nacional do Sistema Elétrico \(ONS\)](#), o consumo de energia no Brasil atingiu um novo recorde em 13 de novembro, ultrapassando 100.955 MW. Anteriormente, o recorde era de 97.659 MW, registrado em 26 de setembro de 2023.
- No instante em que o novo nível foi alcançado, a demanda foi suprida por 61.647 MW de geração hidráulica (61,1%), 10.628 MW de geração térmica (10,5%), 9.276 MW de geração eólica (9,2%), 8.506 MW de geração solar centralizada (8,4%), e 10.898 MW de geração solar proveniente de micro e mini-geração distribuída (MMGD) (10,8%).
- A elevação substancial de temperatura em diversas regiões do Brasil é a principal causa do aumento na demanda de energia.

### Análise

- De acordo com dados fornecidos pelo ONS houve um aumento significativo da produção de usinas térmicas no país, atingindo um pico de 12.933 MW med no dia 16/11/2023, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

## Gráfico 1 - Geração de Energia pelas Usinas Térmicas no mês de Novembro (em MWmed)



Normalmente, o acionamento das termelétricas ocorre quando os reservatórios das hidrelétricas estão baixos, em razão de períodos de seca. Cabe ressaltar que as hidrelétricas ainda são a principal fonte de energia no Brasil, sendo responsáveis por por aproximadamente [65% da produção nacional de energia](#).

No entanto, atualmente os reservatórios estão cheios, sendo observada a Energia Armazenada (EAR)<sup>1</sup> variando entre 50,52% e 92,56% nas represas das principais hidrelétricas brasileiras, conforme pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Energia Armazenada nos subsistemas brasileiros em 18/11/2023.**

Subsistema	Energia Armazenada (EAR)
Sudeste / Centro-Oeste	65,03%
Sul	92,56%
Nordeste	57,33%
Norte	50,52%

Fonte: [ONS - Reservatórios](#)

<sup>1</sup> A Energia Armazenada (EAR) reflete a energia associada ao volume de água disponível nos reservatórios, podendo ser convertida em geração nas usinas próprias e nas usinas à jusante na cascata.



- Dentre as principais exceções, destaca-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que não alcançou sua capacidade total de geração de energia, 11.233 MW, em nenhum dia de 2023.
- Com custo estimado de 26 bilhões de reais, a UHE de Belo Monte é a [quarta maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada](#), atrás de Três Gargantas, Xiluodu e Itaipu.
- No entanto, [apenas duas das 18 turbinas](#) estão operacionais devido ao baixo nível do rio Xingu, com uma vazão de 2.000 m<sup>3</sup> de água por segundo. Cabe ressaltar que cada turbina tem uma capacidade de 611,11 MW, equivalente à potência de uma usina nuclear como a de Angra 1, que possui aproximadamente 640 MW.
- No entanto, a falta de planejamento do governo petista e a interlocução infrutífera com as comunidades indígenas da região implicada fizeram com que se optasse por uma usina a fio d'água, o que resultou em um reservatório significativamente menor.
- [Belo Monte tem uma área alagada de 478 km<sup>2</sup>](#). Pelo projeto original, deveria ser de 1.225 km<sup>2</sup>, mas a ideia foi descartada nas discussões que antecederam a sua implementação. Caso o modelo tivesse sido concretizado, hoje a capacidade da usina seria de 19 GW, ao invés de 11,2 GW.
- Claramente, essa foi uma opção ineficiente dado que a capacidade de geração de energia da UHE de Belo Monte cai drasticamente fora do período das chu-

vas amazônicas, o qual perdura de dezembro a maio.

- E esse é um elemento que contribui para a persistência da dependência de usinas térmicas, cuja produção de energia acarreta custos substancialmente mais elevados, resultando em aumentos nas faturas de energia elétrica.
- [Com os reflexos do El Niño, trazendo novas ondas de calor durante o verão](#), as usinas térmicas deverão ser mais acionadas e impactarão as tarifas de energia, visto que o custo de seus acionamentos são repassados nas contas de energia como Encargo de Serviço do Sistema.
- Além disso, o acionamento das termelétricas também afetam os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, tendo em vista que as termelétricas são fontes extremamente poluentes, em especial, se comparadas a outras fontes da matriz elétrica brasileira, conforme pode ser observado na Tabela 2.
- Para ilustrar, as termelétricas movidas a carvão mineral e gás natural, as mais utilizadas no país, produzem, respectivamente, 13 e 6 vezes mais gases de efeito estufa em comparação com as hidrelétricas.

**Tabela 2 - Fatores de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) das tecnologias de geração de eletricidade.**

Tecnologia de geração	Fator de emissão (gCO2eq/kWH)
Hidroeletricidade	86
Eólica	16
Nuclear	14
Termelétrica - Carvão Mineral	1.144
Termelétrica - Gás Natural	518
Termelétrica - Óleo Combustível	781
Termelétrica - Óleo Diesel	829

Fonte: [Miranda \(2012\)](#), com adaptações.

- Em setembro, o governo brasileiro se [comprometeu com a ampliação em sua meta de redução de emissões de gases de efeito estufa](#) durante a Cúpula da Ambição Climática, parte da 78ª Assembleia Geral da ONU.

- Em seu discurso, [a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que o Brasil corrigirá a sua meta climática](#), tornando ainda mais rigoroso o compromisso com a meta de redução da emissão de gases de efeito estufa no país: de 37% para 48% até 2025, e de 50% para 53% até 2030.
- Por fim, especialistas apontam ainda para a necessidade de aprimoramentos nos sistemas de transmissão para a melhor distribuição do potencial energético gerado no Brasil, principalmente, no que se refere às fontes renováveis.
- Para [Tiago de Barros Correia, ex-diretor da Aneel e especialista em regulação de infraestrutura e energia, o maior desafio energético não está na produção, mas sim na distribuição](#).
- Nesse sentido, o especialista destaca a importância de se investir em redes de transmissão com maior capacidade para lidar com o excesso de geração, especialmente no contexto atual em que a energia solar e eólica são desperdiçadas devido a limitações das redes de transmissão.

## 4 POLÍTICA

‘Negacionista econômico’ do PT, Pochmann elogia modelo chinês e defende menos transparência na divulgação de estatísticas do IBGE



“

A estrutura verticalizada, hierárquica, e muitas vezes autoritária, ficou para trás”, diz presidente do IBGE, Márcio Pochmann, que fez afagos ao modelo chinês de divulgação de estatísticas e apontou uma mudança de direção para o órgão.

- Pochmann indicou que o modelo de coletivas, momento em que o IBGE é questionado pela mídia profissional sobre os resultados, é arcaico. Argumenta, com isso, que pretende chegar no cidadão comum. Na prática, é uma forma de se esconder do escrutínio da mídia e abrir margem para interpretações equivocadas das estatísticas.

- A ex-diretora de pesquisas, **Martha Mayer**, [teceu duras críticas](#) ao projeto do governo no IBGE:

*Cabe a pergunta: qual o objetivo de Pochmann ao considerar secundário o papel da imprensa livre na divulgação dos dados do IBGE?*

*A resposta que se depreende é: impedir que a grande imprensa tenha acesso imediato aos dados produzidos pelo IBGE e não mais transmiti-los, em primeira mão, aos brasileiros. É não querer a vigilância dos jornalistas e as perguntas que fazem nas coletivas — uma prática nas democracias ocidentais.*



- É dever do órgão trazer uma informação isenta e real da situação do país, inclusive discutindo o tema com a imprensa e com a sociedade. Chegar com a informação para a população passa pelo debate com jornalistas.
- Lembra-se que o economista presidiu a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Lula. Entre 2007 e 2012, foi presidente do Ipea, período em que foi criticado pela sua [gestão ideológica](#) do órgão tanto por servidores quanto por jornalistas.
- As declarações acenderam novamente um alerta de que esse roteiro ideológico pode se repetir no IBGE, o órgão estatístico mais importante do país.
- Teme-se, sobretudo, que se proponha uma “cura da febre pela quebra do termômetro”. Dados chineses que não interessam ao governo já foram escondidos, como ocorreu na divulgação de informações sobre o desemprego de jovens. Não se deve seguir por esse caminho.

5

# TRABALHISTA

## Governo prejudica setores de comércio e serviços e cancela portaria que permitia trabalho aos domingos e feriados

**Setor produtivo critica medida que traz risco a milhares de empregos**

No último dia 14, o Ministério do Trabalho publicou a Portaria nº 3.665/23 que revogou a autorização permanente para abertura de estabelecimentos com o uso de mão de obra do trabalho aos feriados e domingos para 12 atividades comerciais, concedida em 2021, durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro.



Poder 360

Anteriormente, era permitido o trabalho em feriados e domingos por negociação através de acordo entre o empregado e o empregador, desde que respeitadas as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Com a revogação da autorização, é necessária a realização de acordo coletivo de trabalho entre entidade sindical laboral e empresas ou legislação que estabeleça regras acerca do tema.

A revogação da portaria foi alvo de duras críticas pelo setor produtivo, visto o grande desafio na geração de renda e emprego para a sociedade brasileira. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) manifestou que: “a medida significa um retrocesso à atividade econômica essencial de abastecimento exercida pelos supermercados. Com a revogação, os supermercados e hipermercados terão dificuldades para abertura das lojas em domingos e feriados, sem prévia autorização de convenção coletiva e aprovação de legislação municipal, o que representará elevação significativa nos custos de mão de obra, além de reduzir a oferta de empregos, face à inevitável redução da atividade econômica”.

“

A medida desconsidera que certas atividades do comércio se constituem essenciais e de notório interesse público. A CNC lembra que há regra específica na Lei n. 10.101/2000 permitindo, expressamente, o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, mediante autorização na Convenção Coletiva de Trabalho. A CNC considera, ainda, que a portaria contribui para gerar um clima de insegurança jurídica, impactando negativamente nas futuras negociações, prejudicando trabalhadores, empresas e a sociedade civil”, diz a nota da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).



Acerca do tema, o Líder da Oposição no Senado Federal, **Sen. Rogério Marinho (PL-RN)**, apresentou nesta quinta-feira (16), projeto de lei nº 5516-2023, para estabelecer clareza e segurança jurídica na legislação sobre o descanso semanal remunerado e o trabalho aos domingos e feriados.

O projeto de lei de Rogério Marinho propõe mudanças específicas na legislação trabalhista: **exclui a necessidade de permissão prévia da autoridade competente para o trabalho aos domingos; assegura a preferência do descanso semanal nesse dia; e garante que o trabalho aos domingos e feriados seja remunerado em dobro, salvo se houver folga compensatória.**

O texto também estabelece que o descanso semanal remunerado deve coincidir com o domingo pelo menos uma vez a cada quatro semanas para comércio e serviços, e uma vez a cada sete semanas para o setor industrial. Com a proposta, o líder da oposição no Senado busca garantir a proteção laboral constitucional, evitar o cerco à manutenção e criação de empregos, e prevenir futuras arbitrariedades.

# 6 AGRO

## Ministro de Lula legitima crimes do MST. O que mais esperar deste governo?

A declaração do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, em relação às invasões de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante entrevista ao jornal [O Globo](#) gerou grande polêmica no Agro.

Teixeira defende que tais **invasões** representam “**instrumentos legítimos de pressão**” por parte dos movimentos sociais, ressaltando que estas ações servem para reivindicar e manter em destaque questões importantes, especialmente relacionadas à reforma agrária e aos direitos dos trabalhadores rurais. Ele também afirma que o governo teria oferecido respostas às pressões do MST.



Divulgação

No entanto, ao analisar as invasões de terras, é importante considerar os aspectos legais envolvidos. As invasões de propriedades privadas representam uma violação direta do direito de propriedade, previsto na Constituição Federal brasileira. Tais ações resultam em crimes como invasão de propriedade, dano à propriedade, ameaças e intimidações, entre outros. A abordagem de invadir terras sem seguir os procedimentos legais apropriados cria tensões.

Enquanto o debate sobre reforma agrária e distribuição de terras é importante, a prática de invasões de propriedades privadas é abominada. Para tanto, o legislador, através do dispositivo do § 7º do Art. 2º da [Lei nº 8629](#), que trata da reforma agrária, estabeleceu:

---

*“§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem (...) for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.”*

---

Existem mecanismos legais e institucionais para lidar com essas questões, como a desapropriação por interesse social, desde que conduzidas dentro dos limites legais e constitucionais, respeitando os direitos dos proprietários e garantindo uma justa indenização.

Portanto, embora haja a necessidade de abordar as questões sociais e de terra, é fundamental buscar meios legais e harmônicos para alcançar mudanças desejadas, respeitando os direitos dos proprietários e, ao mesmo tempo, promovendo políticas que atendam às demandas de parcela legítima dos trabalhadores rurais que atuam na legalidade.

**7****JUSTIÇA E CIDADANIA**

## Em vez de punir envolvidos, ministros de Lula atacam liberdade de imprensa e tentam desqualificar escândalo da ‘Dama do Tráfico’

**Reuniões da mulher do chefe do Comando Vermelho no Ministério da Justiça, com direito a viagens bancadas pelo governo, abalam pilares da República**

As visitas realizadas pela senhora Luciane Barbosa Farias, custeadas pelo governo Lula, definitivamente abalaram as estruturas físicas e morais da República. Não por acaso, Luciane ganhou a alcunha de “dama do tráfico” nos últimos dias de grande parte da imprensa e da opinião pública, por ser casada com Clemilson dos Santos Farias, líder do Comando Vermelho e vulgarmente conhecido no mundo do crime organizado por “Tio Patinhas”, bem como ter sido condenada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM) por associação para o tráfico, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Apesar da leniência do governo Lula em receber a “dama do tráfico”, condenada em segunda instância por vários crimes, em pelo menos dois ministérios (da **JUSTIÇA** e **SEGURANÇA PÚBLICA** e dos **DIREITOS HUMANOS** e da **CIDADANIA**), outros órgãos da República iniciaram tratativas sobre o caso.



O subprocurador-geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu à Corte que investigue as duas visitas realizadas pela “dama do tráfico” ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ). Segundo consta na representação assinada por Furtado, o comportamento das autoridades do MJ é “no mínimo negligente”. Já o Ministério Público do Amazonas (MPAM) pediu a exclusão da “dama do tráfico” do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura.

“Cumpra-se reclamar ao TCU que se manifeste acerca das possíveis condutas praticadas por autoridades do MJ atentatórias à moralidade administrativa e à confiança depositada pela sociedade em suas instituições [...], de modo a promover a completa elucidação dos fatos e preservar a reputação e o respeito devidos a essa instituição”, afirmou Furtado em seu despacho.

O Ministério dos Direitos Humanos (MDHC) também será objeto de representação por parte do TCU, já que, segundo a própria “dama do tráfico”, uma de suas viagens para Brasília foi custeada pelo MDHC. A viagem, segundo ela, ocorreu após receber um convite para fazer parte do referido Comitê. A “dama” foi nomeada, mas ainda não tomou posse. Ainda assim, o governo Lula pagou para a esposa do líder do Comando Vermelho, atualmente preso e que responde por vários homicídios no estado do Amazonas, entre passagens aéreas e diárias, aproximadamente R\$6.000,00, segundo o Painel de Viagens do Ministério da Economia.

O intrigante foi ver a explicação do ministro dos Direitos Humanos, Sílvio de Almeida sobre o caso. “Há também por trás disso a tentativa generalizada, por parte de extremistas de direita, de a todo momento fabricar escândalos e minar a reconstrução da política de direitos humanos (...)”, afirmou o ministro. Vale lembrar ao ministro que tudo o que foi publicado até o momento sobre o caso foi feito por veículos da imprensa, como “O Globo”, “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “UOL” e demais fontes, que não possuem qualquer vínculo ideológico com a “direita”, mencionada na publicação de Almeida.

Em Brasília, a “dama do tráfico” teve como principal despachante a advogada e ex-deputada estadual Janira Rocha (PSOL/RJ). Recibos apreendidos pela Polícia Civil do Amazonas (PC/AM) mostram pagamentos feitos à Janira pelo Comando Vermelho. Dra. Janira foi a responsável por pedir a audiência no ministério de Flávio Dino. Outro fato intrigante é saber que, segundo as investigações da PC/AM,

os pagamentos realizados pelo Comando Vermelho à Dra. Janira aconteceram dias antes da primeira reunião da “dama do tráfico” e Dra. Janira com o secretário de Assuntos Legislativos do MJ, Elias Vaz.

A “dama do tráfico” também foi à Câmara dos Deputados, para encontros políticos. Por esse motivo, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL/MG) oficiou o Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados (DEPOL) para que forneça as imagens da “dama do tráfico” enquanto esteve dentro das instalações da Câmara. Nikolas disse que vai cobrar explicações dos parlamentares que tiveram algum tipo de contato com a “dama do tráfico”. Entre os parlamentares que foram vistos conversando com a esposa do líder do Comando Vermelho no Amazonas estão Guilherme Boulos (PSOL/SP), André Janones (Avante/MG) e Daiana Santos (PC-doB/RS).

Após os fatos virem à tona, nem o presidente Lula, muito menos Flávio Dino cogitaram defenestrar Elias Vaz de seu cargo na pasta da Justiça e Segurança Pública, o que causou surpresa inclusive para parlamentares da base do presidente Lula no Congresso.



Cinco parlamentares do União Brasil, um do PSD, três do Republicanos, um do PP e dois do MDB, partidos da base do presidente Lula e que juntos possuem dez ministérios na Esplanada, assinaram mais um pedido de Impeachment do ministro Flávio Dino. Os deputados afirmam que a visita de membros do crime organizado a órgãos federais é inadmissível. Segundo os mesmos parlamentares, o ministro Sílvio de Almeida também será alvo de pedido de Impeachment, por crime de responsabilidade, mesma razão do pedido contra Dino.

A falta de um “filtro” por parte dos ministérios comandados por Flávio Dino e Silvio de Almeida demonstra exatamente a volatilidade do governo Lula com relação às políticas de segurança pública e também dos direitos humanos. Apesar do histórico desfavorável da “dama do tráfico amazonense” e de sua advogada/despachante que neste ano recebeu valores do Comando Vermelho, uma das principais facções do crime organizado no Brasil, o governo não parece estar preocupado com os efeitos colaterais de acontecimentos dessa natureza, onde os princípios da administração pública são feridos de morte.

A propósito, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), estupros de meninas e mulheres tiveram um crescimento de quase 15% em comparação entre o primeiro semestre deste ano e o mesmo período do ano passado. Todas as regiões do país apresentaram crescimento nos casos. Os feminicídios também tiveram crescimento, com elevação de 2,6%.

Flávio Dino, “ainda ministro” e “ainda cotado” para assumir a próxima vaga de ministro da mais alta corte de Justiça do país, aparentemente não se incomoda com os fatos em si e com números desfavoráveis em sua pasta. Para Dino, “visitas inesperadas” fazem parte da democracia. E o mais importante para Dino, por ora, parece ser eliminar “com amor” o ódio, as críticas, sem falar nas “fake news” das redes sociais. Tudo que causa desconforto e interrompe o raciocínio lógico do ex-magistrado e ex-governador vira “fake news”.

O “ainda ministro” realmente parece buscar insanamente fazer da sua narrativa a versão final dos fatos. A pergunta é: caso Dino seja realmente o indicado para a próxima vaga no STF, seremos rebaixados como democracia? O que será menos pior para Lula: mantê-lo na pasta da Justiça e Segurança Pública ou premiá-lo com o cargo vitalício no STF? Para o Brasil, como democracia, não temos dúvidas. Cargo algum será suficiente para quem tem fome de poder e não aceita o contraditório.